

nam a prender nos seus grilhões o Deus dos servidores, e os escravos se tornam de novo sêres "sem cabeça" e sem direitos.

Os que são vencidos na guerra e os que caem na servidão por dívidas são considerados como se tivessem perdido sua dignidade de homens. Esta noção está tão profundamente arraigada no modo de pensar da antiguidade, que os próprios filósofos gregos e romanos, que assentaram a base dum direito natural igual para todos os homens, excluem os não-livres desse direito, alegando que o escravo não é "persona" e sim "res".

Platão reconhece que o homem "sòmente a muito custo se resigna a admitir a separação imposta pela necessidade, entre homens livres e escravos, entre senhores e servidores". Mas, daí não conclue que a escravatura seja injusta, e sim, unicamente, que o escravo constitue um "bem incômodo", convindo, pois, opor grande prudência e vigilância às suas aspirações libertárias.

Aristóteles, por sua vez, está convicto de que a própria natureza destinara, desde o princípio, uma parte dos homens para o mando e a outra para a escravidão. Cada comunidade doméstica abrange necessariamente três membros — o homem que manda, a mulher que procria e o escravo que serve. Por conseguinte, o escravo forma o terceiro lado dum triângulo natural, que não pode faltar sem que o triângulo deixe de existir. Para o filósofo de Stagira entre senhores e escravos existe a mesma relação que entre espírito e corpo. Do mesmo modo que o primeiro tem de governar o segundo, o senhor também tem de dominar o escravo e o escravo tem de lhe ficar sujeito.

O poeta dramático ateniense Filemon é o único entre os gregos que formula uma dúvida a respeito. "Não tem o escravo a mesma carne que nós?" faz êle dizer a um dos seus personagens, no palco. "Ninguém nasceu escravo por natureza. A infelicidade é que escraviza os corpos!"

Temos de esperar os filósofos romanos da Stoa, para que esta idéia seja acolhida. Ao menos em teoria, elevam-se acima das ficções do direito civil e senhorial e ensinam uma igualdade de toda a humanidade, independente da hierarquia política e social. "Todos os homens têm a mesma origem e o mesmo comêço", declaram êles. "Ninguém é de qualidade superior a outrem, a não ser que o seja em virtude da elevação de seus pensamentos e da excelência de suas ações."

Em consequência disso, os estóicos se recusam a reconhecer a dignidade pessoal exclusivamente aos que "vestem a toga". Sêneca declara expressamente que os escravos são homens, companheiros de vida, irmãos na condição de servitude. "Se tu quiseses refletir que êsse a quem chamas teu escravo provém da mesma semente que tu, se alegras ao ver o mesmo céu, respira, vive e morre da mesma maneira, tu poderias ver nêle um homem livre e êle, em ti, um escravo."

Todavia, a Stoa, cujos interêsses são puramente intelectuais, não está disposta a tirar consequências políticas-práticas dessas conclusões especulativas. O único recurso que aconselha como consolação dos oprimidos é a "ataraxia", o desprêzo impassível de toda desgraça corporal e o cuidado de guardar a liberdade interna da alma.

As tentativas feitas em outras civilizações para atenuar os contrastes sociais e fazer reconhecer o princípio de igualdade, ficam também estritamente limitadas, do mesmo modo que na antiguidade greco-romana. Sem dúvida, os profetas judeus, repetidas vezes, elevam sua voz irritada contra os poderosos e os ricos, mas não querem de modo algum abolir completamente as diferenças e sim, tão sòmente, minorar os rigores, exigindo mais justiça e modelar de modo patriarcal as relações entre a classe dos proprietários e a dos que nada possuem.

Mesmo no quadro que nos pinta Ezequiel do reino vindouro da Salvação, o poder dos mestres sobre os servidores é apenas limitado. A reivindicação mais atrevida é a que exige, dentro do prazo de seis anos, a libertação de cada escravo pertencente ao povo de Jeová. Este desejo resulta duma miséria social e se explica pela extensão que tomara, em Israel, a escravidão por motivo de dívidas e cuja prova nos é fornecida pela lamentação bíblica: "Por causa dum par de sapatos, vendem o homem justo e o necessitado!"

A igreja cristã, que reconhece, na terra, todas as diferenças entre ricos e pobres, não levanta também contra a escravidão um protesto baseado em princípios. Transportara o verdadeiro valor da personalidade inteiramente para o domínio espiritual. Para ela, não pode haver uma diferente avaliação dos homens baseada na sua condição terrestre. Por isso, admite o escravo como membro da comunidade, gozando direitos idênticos aos outros. Ocasionalmente, escolhe-o como bispo ou mesmo como papa, colocando-o numa posição onde sobrepuja a todos os outros irmãos pertencentes à classe dos senhores. Aos olhos da igreja cristã, o escravo é sempre "persona" e nunca "res". Conferem-lhe raciocínio, vontade livre e dignidade humana, exatamente como ao senhor. Não obstante, no que diz respeito aos serviços materiais, êsse nivelamento espiritual não toca na instituição da escravidão. Pois, durante séculos, a própria Igreja manterá escravos nos seus domínios.

João Crisóstomo é de opinião que Paulo, propositadamente, não condenou a escravidão, para poder mostrar aos homens o esplendor daquela verdadeira liberdade que, a custa de ingentes esforços, tem de ser adquirida no fundo do próprio coração. Quem a possuir, suporta alegremente todas as desgraças terrenas.

Conquanto a escravatura fôsse assim em princípio reconhecida como instituição, na prática a Igreja se valeu sempre de sua influência para induzir os senhores a libertar seus escravos. Nisso, o próprio Paulo já dera o exemplo. No comêço da Idade-Média, a escravidão se transformou, pouco a pouco, em servidão que substituiu a sujeição à